

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

106/2026

CONTRATANTE (UASG)
982333

OBJETO

O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM - PE, conforme condições e quantidades estabelecidas neste ETP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.888.061,06

Estudo Técnico Preliminar 106/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 106/2026

2. Descrição da necessidade

2.1 O Estudo Técnico Preliminar definido pelo art. 6º, XX, da Lei nº 14.133/2021, é definido como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.2 O Art. 2º, XI, da Instrução Normativa nº 1, de 04/04/2019, da Secretária de Governo Digital do Ministério da Economia, constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental; e embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

2.3 Durante este Estudo, diversos aspectos foram levantados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente.

2.4 A pretendida contratação é necessária para Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tendo em vista, o novo cenário estabelecido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde este diploma legal estabeleceu novo marco das contratações públicas.

2.5 Assim, faz-se necessário a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM – PE.

2.6 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a Administração no tocante ao procedimento licitatório para a contratação de empresa para execução de pavimentação.

3. Problema identificado

3.1 A ausência de pavimentação em vias públicas gera diversos transtornos à população e compromete significativamente a mobilidade urbana, a segurança viária e a qualidade de vida dos moradores. Durante os períodos chuvosos, as ruas sem pavimentação tornam-se escorregadias e de difícil trafegabilidade, ocasionando a formação de lama, erosões e poças de água, dificultando o deslocamento de veículos e pedestres. Já nos períodos de estiagem, a intensa emissão de poeira provoca desconforto à população, podendo agravar problemas respiratórios, além de causar danos a residências e estabelecimentos localizados nas proximidades. A falta de pavimentação também

acelera o desgaste dos veículos, aumenta os custos de manutenção da frota pública e particular, dificulta o acesso de serviços essenciais, como transporte escolar, coleta de resíduos sólidos, atendimento de emergência e serviços de saúde, além de contribuir para a desvalorização imobiliária da região. Dessa forma, a execução de obras de pavimentação constitui uma medida fundamental para promover melhores condições de circulação, acessibilidade, segurança, desenvolvimento urbano e bem-estar social, atendendo aos interesses coletivos da população e aos princípios da eficiência e da dignidade urbana.

3.2 Evidenciado o problema a ser resolvido, conforme art. 18, § 1º, da 14.133/2021.

3.3 Necessidade: execução de pavimentação em diversas ruas do município de Belo Jardim - PE.

4. Justificativa:

4.1. A presente contratação é essencial para atender à necessidade de implantação de pavimentação em vias públicas na zona urbana do Município de Belo Jardim - PE, tendo em vista a ausência completa de pavimento nesses trechos e a necessidade urgente de estruturação das vias locais. A intervenção técnica foca na execução completa de elementos inéditos que compõem a infraestrutura de transporte, drenagem e circulação do município. No que tange aos serviços de terraplenagem, abertura de caixa e pavimentação, a implantação dessas estruturas justifica-se pela necessidade de tirar as vias do estado de terra batida, garantindo trafegabilidade, segurança viária e eliminando os problemas crônicos de poeira e lama que afetam a população. A execução de calçadas, meio-fio, sarjetas e dispositivos de drenagem superficial justifica-se pela necessidade de estabelecer, de forma inédita, os padrões de acessibilidade, funcionalidade e saneamento básico nas áreas atendidas, garantindo o correto escoamento das águas pluviais desde a concepção da via. Por fim, a regularização do novo pavimento são necessárias para a entrega de uma infraestrutura segura e adequada, proporcionando conforto para os moradores locais e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico na zona urbana.

5. Área requisitante

5.1 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

a. Os itens a serem licitados estão discriminados inicialmente no Documento Oficial de Demanda e detalhado no item 9.

b. As especificações dos itens são as consideradas mínimas e qualquer referência a marcas ou modelos são meramente referenciais, podendo ser aceitos produtos superiores ou similares aos especificados, contanto que possuam as características mínimas de desempenho. Também serão aceitos equipamentos com componentes em regime de OEM (*Original Equipment Manufacturer*, ou “*Fabricante Original do Equipamento*”)

c. Seguindo o entendimento do TCU de que “*é admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do certame e o preço obtido revelar-se vantajoso para a administração*” (Acórdão 394/2013- Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013), se o produto ofertado atender os pressupostos elencados nesse Acórdão, ou seja, (a) o produto ofertado é superior, (b) não haver prejuízo à competitividade e (c) o preço resultante for vantajoso à Administração, comprovados por meio de diligências, estes poderão ser aceitos.

d. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

e. Critérios de sustentabilidade:

- i. Bens com menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- ii. Bens com maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e que possuam maior vida útil e maior capacidade de impressão;
- iii. Bens que utilizem inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais e possuam origem ambientalmente regular dos recursos naturais;
- iv. Bens que utilizem peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico e, quando for o caso, biodegradável;
- v. Bens que utilizem de peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material sustentável ou de menor impacto ambiental e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs);

6.6 Os bens deverão ser entregues nos endereços da Unidade Gestora Gerenciadora (UGG) e Participantes (UGP), se houver.

7. Levantamento de Mercado

a. Quanto ao Levantamento das Alternativas e a Análise de projetos similares realizados por outros órgãos da Administração, constatou-se que há alternativas viáveis no caso concreto, além de

uma situação peculiar de localização da Unidade.

b. Análise das soluções existentes:

Requisitos	Opções	
Atende aos objetivos da Administração	SIM (X)	NÃO ()
Instaurar procedimento licitatório	SIM (X)	NÃO ()

8. Descrição da solução como um todo

8.1 Solução Escolhida: Gerenciar procedimento licitatório modalidade concorrência

8.2 Bens que compõe a solução:

8.2.1 Não é caso.

8.3 Serviços que compõem a solução

8.3.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM – PE.

8.4 Justificativa

8.4.1 As quantidades a serem adquiridas espelham-se no quantitativo necessário para a demanda desta Secretaria, em função da demanda do município, buscando atender assim, a necessidade da população belo-jardinese.

9. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

9.1 Conforme Documento Oficial de Demanda e detalhamento na tabela abaixo:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM - PE - LOTE I	serviço	1	R\$ 1.485.440,64	R\$ 1.485.440,64

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



Prefeitura de Belo Jardim

2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE BELO JARDIM - PE - LOTE II	serviço	1	R\$ 1.198.724,35	R\$ 1.198.724,35
---	--	---------	---	------------------	------------------

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE BELO JARDIM - PE - LOTE III	serviço	1	R\$ 1.203.896,07	R\$ 1.203.896,07

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1 O valor total da contratação está estimado em R\$ 3.888.061,06 (três milhões oitocentos e oitenta e oito mil e sessenta e um reais e seis centavos), aplicadas em relação à vigência da contratação.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O objeto da licitação é necessário para as atividades ligadas a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, os objetos contemplados por este ETP não será parcelada, tendo em vista, a economia de escala, redução dos custos e maior vantagem na contratação do mesmo fornecedor ou o objeto configura sistema único e integrado ou a padronização e escolha levou a fornecedor exclusivo.

11.2 O não parcelamento dos itens no presente processo licitatório encontra respaldo direto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus dispositivos que tratam do parcelamento do objeto e da busca pela proposta mais vantajosa. Nos termos do art. 40, §3º, a Administração deve promover o parcelamento do objeto sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sendo legítima a não divisão em itens isolados quando o agrupamento se mostrar mais eficiente sob o ponto de vista operacional e econômico. Ademais, o art. 23, §1º, estabelece que a definição do objeto deve considerar as condições de mercado, podendo a Administração estruturar a contratação em lotes quando isso favorecer a competitividade e a economia de escala. Ainda, o art. 11 reforça o dever de observância dos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, os quais são atendidos pelo agrupamento dos itens, tendo em vista a interdependência dos serviços, a padronização da execução e a redução de custos administrativos e contratuais. Dessa forma, a opção pelo julgamento por grupo de itens encontra amparo legal e se mostra a alternativa mais adequada para assegurar a execução eficiente e integrada do objeto contratado.

11.2 A súmula 247 do Tribunal de Contas da União é tácita ao afirmar: É obrigatória a

admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

11.4 Não haverá o parcelamento da solução como forma de evitar erros decorrentes das operações de uma licitação exageradamente extensa e cujos os itens sejam de segmentos diferentes.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 As contratações decorrentes deste processo serão seguidas de novas licitações que contemplaram itens de diferentes segmentos dentro do setor de Infraestrutura.

12.2 O presente ETP versará especificamente sobre a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM – PE.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 A contratação tem por finalidade atender as necessidades elencadas e priorizadas em reunião com o Departamento de Compras e Ordenador de Despesas, além de levantamento de necessidades realizado.

13.2 A contratação está em conformidade com item 4 deste estudo.

14. Resultados Pretendidos

14.1 Atender a população do Município de Belo Jardim-PE;

14.2 Busca de resultados positivos para Administração atingindo a sua atividade finalística;

14.3 Manutenção dos padrões exigidos e almejados.

15 . Providências a serem adotadas

15.1 Não há necessidade de adequação do ambiente para execução da contratação.

16 Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Possíveis impactos ambientais envolvidos na aquisição bem como emprego dos materiais contemplados neste ETP são de risco calculado, fiscalizações elencadas na execução do contrato e não constituem fator de inviabilidade para aquisição.

17 Declaração de Viabilidade

17.1 Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18. Justificativa da Viabilidade

18.1 Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento da Contratação considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

19. Responsáveis

Augusto Lins e Silva Filho
Engenheiro Responsável

Joedna de Souza Santos
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo